

**MULHERES EDITORAS NO SÉCULO XIX:
NA CONQUISTA DE UM ESPAÇO, A LUTA PELA
EDUCAÇÃO E PELO VOTO FEMININO¹**

***WOMEN EDITORS IN THE XIX CENTURY:
IN THE CONQUEST OF A SPACE, THE STRUGGLE FOR
EDUCATION AND FEMININE VOTING***

**Maria do Rosário A. Pereira
CEFET/MG**

**Angela Laguardia
CLEPUL/Universidade de Lisboa**

**Maria Lúcia Barbosa
CLEPUL/Universidade de Lisboa**

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre mulheres que atuaram como editoras, isto é, foram fundadoras e jornalistas em periódicos no Brasil, no século XIX. O corpus escolhido é composto por periódicos que tiveram longa duração e cujo protagonismo feminino foi evidente: *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo; *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz; *Echo das Damas*, de Amélia Carolina da Silva Couto; e a *Revista das Senhoras*, de Maria Cândida Rodrigues da Silva e Francelina A. Motta. Tais periódicos destacaram-se pela defesa dos direitos das mulheres, sobretudo à educação e ao voto, e, embora haja escassez de informações no que se refere ao perfil biográfico de suas fundadoras, é incontestável a relevância de se traçar um perfil intelectual de sua trajetória, por meio de dados apresentados nos próprios periódicos ou em jornais que dialogaram com o seu tempo.

Palavras-chave: imprensa feminina; mulheres editoras; direito à educação; século XIX.

Abstract: *The objective of this paper is to present some considerations about women who acted as publishers, it means, they were founders and journalists in periodicals in Brazil, in the 19th century. The chosen corpus is composed of periodicals that had a long duration and whose female protagonism was evident: A Família, by Josephina Álvares de Azevedo; O Sexo Feminino, by Francisca Senhorinha da Mota Diniz; Echo das Damas, by Amélia Carolina da Silva Couto; and Revista das Senhoras, by Maria Cândida Rodrigues da Silva and Francelina A. Motta. Such periodicals stood out for defending women's rights, especially education and voting, and, although there is a lack of information regarding the profile biographical of its founders, the relevance of tracing an intellectual profile of its trajectory is undeniable, through data presented in the journals*

¹ Este trabalho recebeu o apoio da Fapemig, no âmbito do projeto APQ 0002118.

themselves or in newspapers that dialogued with their time.

Key words: *Women's Press; Women Publishers; Right to Education; Nineteenth Century.*

A história das mulheres editoras no Brasil no século XIX é uma história que não consta nos compêndios ou manuais acerca da história editorial de nosso país. Por “editoras” tomamos, aqui, de empréstimo, as ideias de Faria e Pericão (2008), ao discutirem o termo “editor” em seu dicionário. Dentre outras definições possíveis, destacamos a seguinte:

Pessoa física ou moral, singular ou coletiva, que assume a iniciativa e a responsabilidade pela produção, divulgação e difusão de uma publicação ou documento. O editor é o principal agente comercial do ramo das artes gráficas no que diz respeito ao livro e às publicações periódicas. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 271)

Faz-se mister destacar tal conceito porque, contemporaneamente, “editor”, em língua portuguesa, quase sempre é associado à publicação de livros. No entanto, como as próprias autoras citadas destacam, a palavra “editor” tal como a concebemos hoje só ganhou forma no século XX, quando começa a haver uma distinção entre atividades como as do livreiro, do impressor e daquele que viria a ser chamado de editor, isto é, o que concebe e organiza uma obra, tornando-a apropriada para publicação.

Se a história sobre os primeiros editores já é escassa, uma vez que a própria história da edição, seja ela de periódicos ou de livros, é relativamente recente, imaginemos a história das mulheres editoras, cujas trajetórias “inenarradas”, para citar termo de Ana Elisa Ribeiro, (RIBEIRO; KARAM, 2020, p. 4) merecem ganhar destaque. É claro que esse desaparecimento de um conjunto de experiências de escrita, leitura e publicação que culminou numa centena de periódicos dirigidos por mulheres e de caráter feminista no século 19, e que alcança as casas editoriais propriamente ditas no século 20, faz parte de um movimento maior que converge para o apagamento da própria história das mulheres em nossa cultura – ainda que esse apagamento não seja “privilegio” de terras brasileiras. Constância Lima Duarte chama a atenção para esse apagamento:

Ocorre que as mulheres que ousaram exibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e fundando jornais em pleno século XIX, são hoje desconhecidas, e isso se deve ao fato de terem sido sistematicamente alijadas da memória canônica e do arquivo oficial. Em outras palavras, foram vítimas de *memoricídio*, conceito que designa o processo de opressão e negação da participação da mulher ao longo da História. Ao eliminar a memória de luta e de resistência ao patriarcado, essa mesma História impôs o silêncio e a invisibilidade a essas pioneiras, registrando apenas a timidez e o confinamento das jovens oitocentistas ao lar, como a sugerir que as mulheres brancas não tiveram vida pública antes do século XX. (DUARTE; PEREIRA, 2019, p. 35)

É uma falácia, portanto, a ideia de que as mulheres não escreviam ou publicavam, como atestam várias pesquisas de resgate histórico, literário ou mesmo editorial, como a organização em três volumes, pela extinta Editora Mulheres, comandada por Zahidé Muzart, da obra *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* (v. 1, 1999; v. 2, 2004; v. 3, 2009). Com aproximadamente mil páginas cada volume, essa compilação trouxe a lume mais de uma centena de nomes de escritoras – vale lembrar, ainda, que muitas utilizavam-se do subterfúgio do pseudônimo masculino, para evitarem contratempos ligados à exposição de sua figura pública em uma vida social que apregoava o recato como característica primordial para o público feminino. Destaque-se ainda a presença feminina em publicações como o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, fundado em 1850: de acordo com Vânia Chaves,² a colaboração das brasileiras teve boa acolhida. (CHAVES, 2018)

Faz-se pertinente retomar, então, o lento e progressivo processo de chegada feminina ao mundo das letras. A história do feminismo no Brasil, de acordo com Constância Lima Duarte (2019), é uma história que apresenta especificidades em relação à da Europa e à dos Estados Unidos, sobretudo, e se divide em “ondas”,³ isto é, movimentos periódicos que se caracterizam por demandas mais evidentes, a saber: i) a primeira onda seria aquela que congrega a luta pelo direito das mulheres à leitura e à escrita, iniciando-se por volta de 1830; ii) a segunda abrangeria a luta pelo direito ao voto, por volta de 1870 até o começo do século 20; iii) a terceira trouxe pautas relacionadas ao acesso à cidadania, como a busca por uma maior inserção no mercado de trabalho e pelo acesso a cursos superiores, nos anos de 1920; iv) uma quarta onda, aquela que traria reivindicações pelo direito das mulheres ao próprio corpo, ao exercício da sexualidade e ao controle da natalidade, nos anos de 1970. Hoje, discute-se se estaríamos vivendo uma quinta onda, com demandas diversas, como a inclusão de outros feminismos, como o negro e o lésbico; outros “feminismos plurais”, como o ecofeminismo; e, ainda, esse novo momento contempla o uso do corpo como local de protesto político⁴ e crítica ao sistema capitalista, responsável por fomentar muitas das desigualdades de gênero que persistem.

Para fins deste artigo, interessa, sobretudo, um olhar mais apurado sobre a primeira e a segunda ondas, uma vez que se objetiva investigar o papel de algumas editoras de periódicos do século 19: Josephina Álvares de Azevedo (*A Família* -1888-1897); Francisca Senhorinha da Mota

² Digno de nota é a investigação que vem sendo desenvolvida sobre a produção feminina no Almanaque pelo Grupo de Investigação 6 do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), desde 2010: a coleção “Senhoras do Almanaque”, já iniciada, reúne antologias de escritoras luso-afro-brasileiras que tiveram participação mais ativa nessa publicação. Em 2017, publicou-se o primeiro volume: *Anália Vieira do Nascimento 1854-1911*. Lisboa, BNP; CLEPUL; CICS.NOVA, 2017.

³ Acerca desse termo, Duarte esclarece: “Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar.” (DUARTE, 2019, p. 26)

⁴ Tal uso do corpo feminino como instrumento contra a repressão masculina foi visto, por exemplo, na Marcha das Vadias, movimento que surgiu a partir de um protesto em 2011, no Canadá, quando um policial declarou que “as mulheres evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas”. A partir daí, uma série de protestos ganhou as ruas no mundo inteiro, com mulheres protestando contra a misoginia vestindo-se, inclusive, com roupas consideradas “provocantes”, uma forma de se rebelarem.

Diniz (*O Sexo Feminino* – 1873-1889); Amélia Carolina da Silva Couto (*Echo das Damas* – 1879-1888); e Maria Cândida Rodrigues da Silva e Francelina A. Motta (*Revista das Senhoras* – 1881-1885). Ressalte-se, contudo, que são escassas informações de cunho estritamente biográfico sobre essas mulheres – o que já é indício de sua pouca valorização; sendo assim, far-se-á uma leitura mais da atuação dessas mulheres enquanto editoras a partir do que é apresentado nos próprios periódicos, a fim de validar a relevância de sua atuação no que concerne à ampliação dos horizontes e, indiretamente, dos direitos a que as mulheres passariam a fazer jus no futuro. Destaque-se, ainda, o fato de que este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, e pretende contribuir com informações inéditas ou pouco conhecidas sobre mulheres que atuaram como editoras em pleno século XIX, feito relevante ao se considerar a estrutura extremamente patriarcal e restritiva aos direitos femininos àquele momento.

De 1830 até o final do século 19, as poucas mulheres, em geral pertencentes a famílias abastadas, que tiveram acesso à leitura e à escrita utilizaram esses instrumentos em prol da causa feminista – então incipiente e pouco sistemática. Foram inúmeros os periódicos que surgiram a esse momento, preocupados com a emancipação das mulheres, ainda que, obviamente, a linguagem e o modo de abordar a questão ainda fossem, por vezes, sutis. Em muitos artigos, por exemplo, utilizavam-se justificativas como o fato de a mulher ser o “braço direito” do homem para corroborar a educação feminina. Por isso, esposas e mães de família deveriam ter um mínimo de cultura para que isso fosse usado na educação dos filhos, futuros herdeiros de negócios da família, ou mesmo para que pudessem auxiliar os maridos.

Com esse argumento ligado aos interesses masculinos e à manutenção da estrutura patriarcal, no entanto, a pouco e pouco as mulheres foram angariando a simpatia masculina, e muitos homens letrados, como jornalistas e editores de periódicos, reservaram espaço em suas páginas para congratular as mulheres ilustres que levantavam bandeiras pelo progresso feminino. É o caso, por exemplo, de Josephina Álvares de Azevedo: em número especial do jornal *A Família*, de 1889 – atenção ao título: conservador, em nada destoante do papel que se espera seja cumprido por uma mulher, a saber, o de ser a mantenedora da estrutura familiar, “rainha do lar” por excelência –, leem-se fragmentos da recepção crítica que o jornal alcançava entre os pares. Em coluna denominada “Como nos tratam”, são mencionadas críticas benfazejas de vários editores homens à frente de outros jornais, como Alcindo Guanabara, editor do periódico *Novidades*, e Ruy Barbosa, à frente do *Diário de Notícias*, periódico fluminense, que classifica a revista de “gentil colega” e não poupa elogios ao trabalho realizado:

A nossa gentil colega é redigida pela Exma. Sra. D. Josephina de Azevedo, colaborada por diversas senhoras de talento. Traz importantes e bem escritos artigos sobre assuntos que interessam às mães de famílias, bem como sobre literatura, cuja leitura recomendamos. (A FAMÍLIA, n. especial, p. 6, 1889)⁵

⁵ A fim de facilitar a leitura, optamos por atualizar a ortografia das citações de textos originais do século 19. As edições digitalizadas do referido periódico, de 1888 a 1894, podem ser encontradas no site da Hemeroteca Digital Brasileira: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>.

Conforme se percebe pelo comentário acima, Ruy Barbosa destaca que o periódico traz assuntos relevantes “às mães de família”. Por trás de um discurso bem comportado, então, já perceptível no próprio título do jornal, como mencionado – *A Família – jornal literário dedicado à educação da mãe de família*⁶ –, reivindicações eram expressas, como se verá a seguir. Ressalte-se, ainda, que a ideia de educar a mulher já era, por si só, transgressora àquele momento, em que não se considerava essa possibilidade como relevante para o funcionamento da sociedade. E muitas foram as mulheres editoras que se dedicaram a essa empreitada, como se verá a seguir.

A FAMÍLIA, O PERIÓDICO DE UMA “ILUSTRADA VIAJANTE” EM PROL DA EDUCAÇÃO

A Família foi um dos periódicos mais relevantes no Brasil no século 19, tendo surgido em São Paulo e circulado de 1888 a 1897. Em 1889, porém, transferiu-se para o Rio de Janeiro. O jornal era constituído de oito páginas, com três colunas cada, e trouxe, do início ao fim, uma epígrafe de Victor Hugo: “Veneremos a mulher! Glorifiquemo-la! Santifiquemo-la!” Nessa epígrafe, fica clara uma estratégia que será usada pela editora também em seus artigos, a saber, o diálogo com autores homens, fossem eles editores, escritores, jornalistas ou mesmo pertencentes a outras áreas do conhecimento. É constante a menção, para validar argumentos, a figuras masculinas. Escritores franceses, sobretudo, eram frequentemente citados, como Aimé Martin. Assim, Josephina conquistava a aquiescência masculina para suas reivindicações, como se lê em editorial em número especial de *A Família*, publicado em 1889, intitulado “A educação da mulher”. Já de início, o editorial assevera que o Brasil atravessa uma de suas fases mais proeminentes com “uma generosa propaganda em favor da mulher”. Levanta a bandeira por sua instrução e a necessidade premente de fazê-lo e menciona duas vozes masculinas para referendar sua opinião, a de Aimé Martin e a de um padre, tidos como “vozes autorizadas” a confirmarem as opiniões expressas, conforme o próprio texto assevera.

De sua vida pessoal pouco se sabe, e informações coligidas por outros pesquisadores nem sempre encontram concordância. Bárbara Figueiredo Souto (2016) faz um levantamento desses dados: segundo a pesquisadora, o dicionário de Sacramento Blake aponta que “Josephina era filha do Dr. Ignácio Manoel Álvares de Azevedo e, portanto, irmã, pelo lado paterno, do poeta Manoel Antonio Álvares de Azevedo. Para Blake, a jornalista havia nascido em Itaborahy, Rio de Janeiro, em 05 de março de algum ano do século XIX” (Blake, 1970: 237-8 *apud* SOUTO, 2016) Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, no entanto, apesar de concordar sobre os dados familiares, aponta como data de nascimento 1851. Ainda segundo Souto, *O Dicionário Mulheres do Brasil*, de Shumaker, confirma todas as informações anteriores – inclusive a data de nascimento como sendo 1851. No que se refere à terra natal de Josephina – supostamente prima⁷ ou irmã de Álvares de

⁶Esse subtítulo, no entanto, desaparece na edição de 3 de outubro de 1889.

⁷“A informação de Sacramento Blake de que era irmã, pelo lado paterno, de Manuel Álvares de Azevedo (1831-1852) é

Azevedo, conforme Duarte (2016, p. 313) –, Valéria Souto-Maior, pesquisadora da obra teatral da referida autora, assevera que ela nasceu no Recife, conforme informações colhidas no próprio jornal. Ainda de acordo com Souto-Maior, há indícios de que ela teria sido mãe, mas nenhuma informação sobre possíveis filhos ou se teria se casado ou não, nem tampouco sobre sua formação. Apesar dessas lacunas, a atuação de Josephina como jornalista e editora especificamente e, mais ainda, o fato de ter usado esse lugar em prol da defesa dos direitos das mulheres, dá mostras incontestes da relevância de seu trabalho.

No intuito de construir um perfil biográfico de Josephina, destaque-se uma coluna escrita por um jornalista do *Diário de Pernambuco* em número especial de 1889, que remonta a outros comentários na imprensa àquele momento: o *Diário de Notícias* – redigido por Ruy Barbosa –, destaca que o periódico traz “assuntos que interessam às mães de família”; a *Tribuna Liberal*, o periódico *Novidades* e a *Gazeta da Tarde* também apresentavam apreciações críticas sobre *A Família* e sua fundadora. O conjunto dessas pequenas resenhas permite entrever, em parte, um perfil de Josephina Álvares de Azevedo como intelectual: dedicação, inteligência e força de vontade da “ilustrada viajante” são características que lhe são atribuídas. Vejamos um excerto que referenda o comentário:

Vamos, portanto, ter entre nós a heroica e denodada jornalista que, compenetrada da nobreza da missão que se propôs desempenhar, arcou desassombadamente com todos os obstáculos que o preconceito e os pequeninos prejuízos de uma sociedade ainda subjugada pelo espírito retrógrado dos tempos antigos lhe punham na luminosa trilha e... tem mantido fulgurante e majestoso o brilho da Família. [Carlos, *Diário de Pernambuco*. A FAMÍLIA, n. especial, p. 6, 1889]

Já no editorial do primeiro número, coloca em pé de igualdade homens e mulheres, ao afirmar:

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que compete-nos de preferência a direção das sociedades. (...)
(...) devemos confessar com toda a franqueza que há nas sociedades uma escravidão mais bárbara do que todas as escravidões que a história nos aponta – é a nossa escravidão. Pior do que todas, até mesmo porque não há nem nunca ouve para nós um termo de reabilitação, ainda que para isso concorra a exceção fenomenal do talento. Estranho capricho dos homens. (A FAMÍLIA, n. 1, p. 1, 1888)

Como se percebe pela citação, se a mulher era o “princípio da ordem”, ela seria capaz de assumir outras funções, de caráter público – até então somente a esfera privada lhe competia. É por isso que, no periódico em estudo, o direito à escolaridade, à profissionalização e ao voto eram

contestada por Vicente de Paulo V. de Azevedo, com base em carta de uma irmã do poeta. De acordo com depoimento textual da própria autora, entretanto, ela era prima de Álvares de Azevedo.” (SOUTO-MAIOR, 1995, p. 58)

defendidos como ferramentas para que os obstáculos à emancipação feminina fossem superados – emancipação esta de caráter intelectual e, por que não, econômico.

Destaque-se o fato de que Josephina Álvares de Azevedo viajou para vários estados brasileiros a fim de conhecer escolas e seus métodos de ensino, de conhecer outros jornais, de divulgar seu trabalho e, ao mesmo tempo, reunir-se com grupos feministas e realizar conferências em defesa do sufrágio feminino, como salienta Duarte (2016, p. 317-318). Chama a atenção o fato de que tal “viagem ilustrada” pelo país foi por ela realizada sozinha, o que já dá mostras de sua ousadia, uma vez que uma mulher viajando desacompanhada em pleno século XIX certamente não era um fato corriqueiro.⁸ Além disso, houve a criação da coluna “Carnet de Voyage” no jornal *A Família* para dar publicidade a suas andanças – fato pouco comum entre as mulheres, as quais, em geral, não publicizavam esse tipo de informação, cujos registros, no que se refere ao século XIX, em geral são encontrados principalmente em cartas ou diários.

Ainda no primeiro número deste periódico, destaque-se artigo intitulado “Influência da mulher na educação social”, assinado por Isabel Dillon, e ainda notícias da abertura, em Paris, do Liceu de Molière, dedicado à educação feminina. Esse tipo de informação aponta, para além da defesa da instrução para as mulheres, para uma estratégia editorial muito clara nesse periódico, a saber, a necessidade de o Brasil equiparar-se à Europa, uma vez que esta era o centro cultural e econômico do mundo até então. Sabe-se que, no século XIX, lá as discussões já estavam mais avançadas e, em decorrência disso, a Europa é tomada como modelo a ser alcançado. Se lá ocorreu um alcance progressivo nas discussões em torno dos direitos das mulheres, acompanhando a ciência e o progresso, aqui, para alcançar o patamar de nação desenvolvida, dever-se-ia fazer o mesmo percurso. Note-se que os argumentos buscados pelo jornal para angariar a simpatia e a adesão dos leitores às causas feministas não se ancoravam numa abordagem subjetiva, mas sim numa espécie de lógica pragmática, uma vez que o desenvolvimento de uma nação estaria atrelado à valorização feminina naquele espaço. Ressalte-se também que esse tipo de argumento perspicaz convivia diretamente, nas páginas de *A Família*, com argumentos conservadores, como aqueles que destacavam o lar como local mais apropriado às realizações femininas, como atesta a passagem seguinte, em texto assinado por “Maria”: “A casa! O lar! Onde se descansa melhor, onde se encontra maior satisfação e mais suave bem-estar.” (A FAMÍLIA, 1888, n. 1, p. 5) Ainda assim, a valorização do espaço doméstico como locus privilegiado para a felicidade feminina não necessariamente implica esse espaço e essa opção doméstica como os únicos capazes de propiciar satisfação, tanto é assim que a educação feminina é a principal bandeira levantada. E mais ainda: defende-se que a mulher seja educada para engrandecer a pátria e a família, daí a necessidade de uma educação “sólida e variada”, adjetivos tantas vezes encontrados nas páginas do jornal.

O periódico recebia colaborações de articulistas dos mais diversos cantos do país e até do exterior, como Anália Franco, Ignez Sabino, Guiomar Torresão, Júlia Lopes de Almeida, Narcisa Amália, Maria Amélia de Queiroz, Adélia Barros, Alzira Rodrigues, Presciliana Duarte de

⁸ Bárbara Figueiredo Souto destaca que, além de percorrer o território nacional, Josephina Álvares de Azevedo viajou “pelas repúblicas da Prata, por Lisboa, Paris, Espanha e Estados Unidos, para observar o sistema educacional dedicado às mulheres e divulgar seu periódico.”

Almeida – fundadora do jornal *A Mensageira* (1897-1900) – e Revocata de Mello – fundadora de *O Corymbo* (1884-1944). Isso aponta o intercâmbio salutar existente entre os periódicos de mulheres, criando uma espécie de rede de sociabilidades femininas e interesses comuns (e, embrionariamente, feminista, uma vez que a grande maioria dos textos publicados versam em torno da divulgação da causa emancipatória). Fato relevante, nesse sentido, é a constante chamada para que outras mulheres escrevam e enviem seus artigos para o jornal.

Outros trabalhos de Josephina Álvares de Azevedo também apontam para sua trajetória como intelectual: além de *A Família*, ela escreveu uma peça teatral, *O voto feminino*, em 1890 (publicado originalmente, inclusive, como folhetim no jornal *A Família*), uma biografia de mulheres ilustres (*Galleria illustre de mulheres célebres*), em 1897), dentre outros. A seguir, vejamos outra ilustre jornalista e editora atuante nas letras do século XIX.

O SEXO FEMININO, DE FRANCISCA SENHORINHA DA MOTTA DINIZ: UMA PRECURSORA MINEIRA

Empreendedora, destemida e defensora da emancipação feminina, a mineira Francisca Senhorinha foi uma das jornalistas representativas da imprensa feminista do século XIX. Testemunha de três momentos relevantes da história do país, a Monarquia, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, ela foi uma mulher dinâmica e participativa, e em sintonia com os acontecimentos de seu tempo.

Em Campanha da Princesa, Minas Gerais, a ousada professora edita e publica seu primeiro jornal, denominado *O Sexo Feminino*, em 7 de setembro de 1873. O periódico foi publicado durante um ano na cidade, exatamente até 7 de setembro de 1874, e obteve 45 edições. No ano seguinte, com a transferência de sua proprietária para o Rio de Janeiro, o jornal passa a ser editado na Corte, com intervalos entre suas publicações, que inclui uma suspensão no período da epidemia da febre amarela, em abril de 1876. *O Sexo Feminino* conserva o mesmo nome até 1889, mas em dezembro do mesmo ano altera para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, e sua última edição disponibilizada data de 06 de dezembro de 1890.

Voltamos, então, ao início da história de nossa protagonista e, posteriormente, à cidade de Campanha e ao nascimento de seu jornal. Francisca Senhorinha era natural de São João Del-Rei, seus dados biográficos não noticiam a data de seu nascimento, uma lacuna para os estudiosos de seu percurso, apenas sabem-se os nomes de seus pais, Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos, mencionados em todos os trabalhos que encontramos sobre ela. No ano de lançamento de seu semanário, Francisca Senhorinha era casada com o advogado e professor José Joaquim da Silva Diniz, e tinham três filhas, Amélia, Albertina e Elisa.

Para compreendermos a importância de seu feito, desde a ousadia de ser proprietária de um jornal até a publicação de cunho feminista, apesar do avanço das mulheres na imprensa oitocentista, há que se considerar que Campanha da Princesa da Beira era um pequeno povoado que somente em 1798 recebe o título de Vila e, em 1840, é elevada à categoria de cidade. Ainda

assim, a imprensa de Campanha é uma das precursoras de Minas e do país, e em 1832, já contava com o jornal *Opinião Campanhense*. Em 1873, quando Francisca Senhorinha lançou *O Sexo Feminino*, três semanários eram impressos na cidade: *O Colombo* (1873-1875); *Monitor Sul-Mineiro* (1872-1896) e *O Monarchista*,⁹ editado pelo marido de Francisca Senhorinha. Através do *Almanaque*¹⁰ de Bernardo Saturnino da Veiga, para 1874, obtivemos a descrição destes jornais, incluindo *O Sexo Feminino*, de nossa protagonista:

Publicam-se aqui quatro periódicos semanários: o *Colombo*, órgão democrático; o *Monarchista*, que defende as ideias conservadoras; *O Sexo Feminino*, que pugna pelos direitos da mulher e o *Monitor Sul - Mineiro*¹¹, de grande formato, que é ilustrado com sofríveis gravuras, e que já está no terceiro ano de sua existência¹² (ALMANAQUE SUL-MINEIRO, 1874, p. 57).

O *Almanaque*, organizado, redigido e editado por Bernardo Saturnino, reúne detalhadas informações sobre a cidade de Campanha e seus habitantes. E entre as referências sobre as escolas e o ensino da cidade, a seção intitulada “Instrução Pública” traz os nomes de José Joaquim da Silva Diniz e de Francisca Senhorinha relacionados como professores da Escola Normal de Campanha. Sendo que o título que antecede o cargo de Francisca Senhorinha é: “AULA PRÁTICA DO SEXO FEMININO ANEXA À ESCOLA NORMAL” (ALMANAQUE SUL-MINEIRO, 1874, p. 79). Supomos, assim, que sua atribuição como professora “do Sexo feminino” pode ter dado origem ao nome do periódico.

No primeiro número de *O Sexo Feminino*, na seção “Colaboração”, encontramos o artigo “Escola normal da cidade de Campanha”, em que Francisca Senhorinha descreve a importância da implantação da Escola Normal naquela cidade. Esta estratégia que, sem dúvida, defende e valoriza a instrução feminina, assim como a causa que ela abraçou, também destaca a importância da notícia em seu jornal:

Graças à assembleia provincial, e aos esforços de um benemérito campanhense [...] tem esta cidade o indizível prazer de ser a sede de uma *escola normal* [...] Campanha tem que gravar em letras de ouro nas páginas de sua história o dia 7 de janeiro de 1873, dia memorável que veio proporcionar às jovens campanhenses o importante e feliz ensejo de se instruírem, ornando os seus nomes com o honroso qualificativo de *normalistas* (O SEXO FEMININO, Campanha, Ano I, n. 1, 7 set. 1873, p. 2).

O mesmo artigo, além de descrever as disciplinas ministradas na escola, trazia a relação de nomes de suas alunas, inclusive de suas filhas, Amélia Augusta Diniz e Albertina Augusta Diniz. Da

⁹ O único exemplar encontrado na Hemeroteca Digital data de 1877, publicado no Ano VI.

¹⁰ Acreditamos que esta informação é inédita, uma vez que não foi localizada em outros estudos sobre o referido periódico, e que possa contribuir para a pesquisa sobre a combativa jornalista Francisca Senhorinha Motta Diniz.

¹¹ Dirigido por Bernardo Saturnino da Veiga e seus irmãos, o jornal era monarquista e conservador, e tinha como um de seus objetivos a propagação do movimento separatista no sul de Minas.

¹² As citações do *Almanaque* e dos jornais foram atualizadas de acordo com a ortografia atual.

mesma forma, anunciava que no ano seguinte caberia ao professor nomeado, o Sr. José Joaquim da Silva Diniz, a regência de uma cadeira. É interessante observar que, logo após o anúncio do nome do marido como professor, ela enfatiza o valor da educação como “indício precursor” de um tempo de mudança para a mulher, e também antecipa um “grandioso” e “assustador” problema social, encerrando seu artigo com as seguintes frases: “Educação pela mãe – na família, “Instrução pelo mestre – no colégio” (O SEXO FEMININO, Campanha, Ano I, n.1, 07 set. 1873, p. 2).

Retornando ao *Almanaque Sul-Mineiro* e ao panorama cultural de Campanha através do relato de seu autor, na cidade existia uma biblioteca pública com mais de dois mil volumes e um teatro com três ordens de camarotes. E havia três tipografias, do *Colombo*, de Manoel de Oliveira Andrade & C.^a; do *Monitor Sul-Mineiro*, do tenente coronel Bernardo Saturnino da Veiga; e do *Monarchista*, de Francisco Luciano de Oliveira, sendo que a última editava o jornal com o mesmo nome, dirigido pelo marido de Francisca Senhorinha, e também era responsável pelas edições de *O Sexo Feminino*.

É importante lembrar que as tipografias, em plena expansão no século XIX, eram vinculadas aos jornais, mas eram também responsáveis por outros trabalhos de impressão da cidade, como cartas, folhetos, livros, convites e outros. Exerciam, então, um papel importante para a difusão de ideias e para o debate político através dos jornais e de folhetos. Colaboraram, também, para o aumento de jornais e revistas de cunho feminista, nos idos de 1870, no Rio de Janeiro e em cidades em desenvolvimento no Brasil, como Campanha, contribuindo ainda mais com o percurso das mulheres em direção à emancipação, e caracterizando a “segunda onda feminista” como mais jornalística, e menos literária.

Francisca Diniz dedicou seu jornal à educação, à instrução e à emancipação das mulheres. No seu primeiro número, a 7 de setembro de 1873, data que coincide com o aniversário da Independência do Brasil, é muito claro o seu ideal e o seu discurso de luta:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – *O Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indiferentes* para não verem a luz do progresso [...] agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigam os *retrógrados* com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* aparece, há de lutar e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido. (O SEXO FEMININO, Campanha, Ano I, n. 1, 7 set. 1873, p. 1).

Esta determinação, confirmada em vários de seus artigos, é sempre assinalada pela sua convicção sobre a importância da instrução para a libertação e emancipação das mulheres. No segundo número de *O Sexo Feminino*, ela propunha o intercâmbio entre os periódicos que propugnavam os interesses e direitos das mulheres que, segundo ela, vinham sendo tratados com descuido pelo governo. Para ela, a educação feminina estaria ligada à sua crença no progresso e todas as profissões deveriam ser abertas às mulheres. Acreditava que a educação e o trabalho eram ferramentas indispensáveis para que elas não fossem subjugadas e dependentes economicamente.

Assim, quando Francisca Senhorinha transfere seu jornal para o Rio de Janeiro, em 1875,

a primeira edição do periódico já anunciava o colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha, instituição de ensino fundada por ela com a participação das três filhas. Durante o período em que *O Sexo Feminino* não circulou, Francisca Senhorinha fundou as revistas *Primavera* (1880) e *A Voz da Verdade*¹³ (1885), no Rio de Janeiro. E publicou o romance *A judia Rachel* (1886), em parceria com a filha Albertina Diniz.

É importante ressaltar que, a revista *Primavera* privilegiava mais artigos de cunho cultural e instrutivo, além das notícias sobre acontecimentos da corte, não era voltada apenas para a causa da mulher, mas, segundo Fernanda Andrade, “A publicação de *Primavera* fez com que Francisca Diniz ultrapassasse a condição de ser uma escritora exclusivamente militante [...] para se firmar como escritora e editora” (ANDRADE, 2006, p. 61).

O Sexo Feminino reiniciaria sua terceira fase em junho de 1889. Em sua primeira página, com o título “A racional emancipação da mulher”, Francisca Senhorinha convoca as mulheres para participarem de sua luta por seus direitos, por sua verdadeira liberdade e por sua intelectualidade: “Pois bem! Eis-nos chamando em nosso auxílio as senhoras para coadjuvarem-nos com suas luzes intelectuais e com suas assinaturas” (O SEXO FEMININO, Rio de Janeiro, Ano III, n. 1, 02 jun. 1889, p. 1). E artigos que abordavam o tema do casamento também seriam recorrentes deste número em diante.

A participação das filhas de Francisca Senhorinha se intensificou nesta fase do periódico, como anunciava seu cabeçalho: “Colaboradoras - Suas Filhas e Diversas Senhoras”. Primeiramente, com a publicação do romance folhetim de Elisa Diniz Machado Coelho, *A Diva Isabella*, e depois, quando Amélia Diniz que, desde os primeiros números do semanário em Campanha assinava artigos traduzidos do francês, teve também seu nome vinculado ao colégio da mãe, que naquele ano passou a ser conhecido como Colégio Santa Isabel.

Em dezembro do mesmo ano, *O Sexo Feminino* teve seu nome alterado para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. O novo tempo histórico foi saudado pela proprietária do periódico, que tinha como assinantes o Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa Isabel.

O idealismo de Francisca Senhorinha em favor da educação não arrefecia. Ciente de sua missão, perseverante e atuante, em agosto de 1890, seu periódico passou a indicar após o nome “Revista Quinzenal, Literária, Recreativa, Noticiosa e Política”. Antes, na edição de abril, ela inaugurou um novo título, “Igualdade de Direitos”, na coluna “A Racional Emancipação da Mulher” que ilustrava a primeira página, com longo discurso sobre o direito ao voto pela mulher:

[...] Desejamos que os Senhores do sexo forte saibam que se nos podem mandar, em suas leis, subir ao Cadafalso, mesmo pelas ideias políticas que tivermos, como já o fizeram as desditosas R lan, Charlotte Corday e tantas outras, também nos devem a justiça de igualdade de direitos, tocante ao *direito de votar e o de sermos votadas* [...] o direito de votar é partilha da humanidade, pois é o dom da palavra, e a mulher é humana... Nós as Brasileiras, Italianas, Francesas e mais senhoras de

¹³ Segundo Duarte, “Sobre este periódico sabe-se pouco: apenas que teve três números, datados de 12 de maio, 28 de maio e 25 de junho de 1885” (DUARTE, 2016, p. 282).

diversas nacionalidades não pedimos o direito de votar com a restrição com que o fizeram as senhoras inglesas, mas com o direito de cidadãs republicanas [...] (O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO, Capital Federal, Ano III, n. 14, 6 abr. 1890, p. 2) (Grifos Nossos).

A última edição de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* ainda mantinha a mesma coluna, e o tema sobre a igualdade de direitos da mulher abordava a livre escolha da profissão. A luta continuava...

A voz de Francisca Senhorinha ecoou de Campanha da Princesa, quando muitas barreiras eram infligidas às mulheres; ser proprietária e redigir um periódico era um feito para uma mulher corajosa. Conhecemos parte de sua trajetória e sobre a história de seu jornal, ainda há muito a ler, a conhecer, e a interpretar.

ECHO DAS DAMAS E REVISTA DAS SENHORAS: PIONEIRISMO E RESISTÊNCIA

É premente discutir sobre a atuação de mulheres no segmento periodístico do século XIX, no que se refere à propriedade, direção e/ou edição, ou seja, algo para além das participações como leitoras e de algumas contribuições literárias. Embora em menor quantidade, se comparado com o total de periódicos encontrados por Duarte (2016), podemos também perceber que tais iniciativas femininas foram empreendidas, apesar da cultura patriarcalista vigente e de um sistema misógino fortemente arraigado naquela época.

É nesse sentido que se destaca o periódico *Echo das Damas* – “Órgão Dedicado Aos Interesses da Mulher. Crítico, Recreativo, Científico, Literário e Noticioso”, fundado no Rio de Janeiro em 1879, no qual a “proprietária e principal responsável pela redação foi Amélia Carolina da Silva Couto” (DUARTE, 2016, p. 232). Tendo circulado durante nove anos, de 1879 a 1888 – ainda que, possivelmente, com algumas interrupções, conforme Duarte (2016, p. 231) –, é um dos periódicos mais proeminentes no que se refere às primeiras lutas femininas em prol da igualdade social.

Chama atenção no título desse periódico o termo “Echo”, cuja origem está na mitologia grega que designa a Ninfa das montanhas. E, dentre outros significados, esse termo também está relacionado à denominação de “eco”, que é sugerido como repetição e propagação de sons e que, nesse caso, parece ser uma expressão bastante apropriada para esse veículo, considerando o projeto e os objetivos de Amélia Carolina, que tinha como finalidade criar um meio para defender, orientar, conscientizar, isto é, atender às demandas da mulher no final do século XIX, assim como expor e divulgar as conquistas femininas que já se faziam presentes, mas não eram descortinadas em virtude das ideologias próprias daquele tempo, já mencionado anteriormente. Tais metas foram explicitadas pela proprietária, em seu artigo que abre a edição inaugural de 18 de abril de 1879:

Defender os interesses da mulher é a ideia com que se apresenta a redação do jornal *Echo das Damas*, na grande tribuna da imprensa. [...] Não pretendemos educar a mulher para encher-lhe a mente de loucas fantasias; nem provar-lhe o espírito de perniciosas aspirações aos triunfos da política: queremos a mulher ilustrada sob o ponto de vista humanitário e nunca debaixo da pressão e dos erros dos partidos militantes. [...] (ECHO DAS DAMAS, Rio de Janeiro, ano I, 18 de abril de 1879, p. 1)

Percebe-se neste fragmento as aspirações de alguém que pretendeu fazer do seu empreendimento uma voz mediadora de suas semelhantes para reivindicar os desejos próprios de um tempo, bem como evidenciar marcas históricas de poder, as quais tinham por escopo a exclusão da mulher nos seus direitos mais elementares.

Dado interessante a ser observado em *Echo das Damas* está no seu subtítulo. Se na edição da estreia constava “Órgão dedicado aos interesses da mulher. Crítico, recreativo, científico, literário e noticioso”, nas de número 2 e 3 alguns termos foram suprimidos, passando a exibir “Órgão dos interesses da mulher, crítico, recreativo, científico e literário”, ao passo que, a partir da edição de número 4, encontra-se apenas este: “Órgão dos interesses, da mulher, científico e literário”. Ressalta-se ainda no cabeçalho do periódico, a contar da segunda tiragem, o destaque atribuído às colaborações femininas, uma vez que logo abaixo do nome da proprietária lê-se: “Colaborado pelas mais abalizadas escritoras brasileiras e portuguesas.” Dessas, só para citar algumas, nomes como de Anália Franco, Emília Cortez, Ignez Sabino, Francisca de Sant’Anna Pessoa, a portuguesa Maria Amália Vaz de Cabral e Marie Vincent, formavam o grupo das cooperadoras.

Estruturalmente, durante o seu primeiro ano, o jornal possuía quatro páginas que se dividiam em três colunas, a saber, “Folhetim” – espaço destinado a divulgar as ideias da educação e emancipação da mulher, evidenciando para elas sua importância na sociedade; “Noticiário” – responsável pelas reportagens de fatos heroicos conquistados por mulheres, assim como a divulgação de espetáculos de teatro com a finalidade de atraí-las para o mundo cultural; “Indicador” – era a coluna especial que divulgava os colégios responsáveis pela educação e formação intelectual de meninas e moças. Eram também divulgados nesta coluna anúncios de clínicas odontológicas e médicos especialistas nas enfermidades das senhoras (<https://www2.assis.unesp.br>).

Entretanto, de acordo com Karoline Carula, seu trabalho publicado em *Imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX*, “a partir de 1880 o periódico passou a quatro colunas que estava dividido em algumas seções – “Poesias e Anedotas”, “Receitas úteis”, dicas domésticas, “Miudezas” e “Anúncios” – as quais não eram publicadas necessariamente em todas as edições” (CARULA, 2016, p. 262). Porém, segundo Carula, em 1888, esse periódico voltou a apresentar poucas seções, encerrando, dessa maneira, um ciclo bastante relevante, somando-se assim nove anos de circulação. Desse período, Duarte afirma que doze edições estão depositadas no site da Hemeroteca Digital Brasileira, embora incompletas, com exemplares danificados que impedem a leitura de alguns textos (DUARTE, 2016, p. 231-232).

Infelizmente, apesar dos esforços empreendidos, até o momento não foi possível localizar

qualquer ou nenhuma informação a respeito da senhora Amélia Carolina da Silva Couto, que “era uma feminista lúcida e atuante, e que dirigiu com competência seu periódico” (DUARTE, 2016, p. 232).

Digno de menção, ainda, é a *Revista das Senhoras*, outro periódico que merece ser destacado neste momento, pois circulou por um período também relevante (quatro anos). Trata-se de mais uma publicação de responsabilidade feminina – Maria Cândida Rodrigues da Silva e Francelina A. Motta – e, tal como o *Echo das Damas*, nenhuma informação sobre o veículo e suas responsáveis foi encontrada até o momento. Transcrevemos aqui informações coligidas em Duarte:

Era uma revista instrutiva e literária com periodicidade semanal e de pequeno formato; circulou na cidade de Cachoeira, Bahia, durante o período de 1881 a 1885. O primeiro número teria surgido em 1º de fevereiro de 1881, e o último em 3 de novembro de 1885, perfazendo um considerável número de 182 edições. Tal longevidade torna ainda mais surpreendente o fato de a *Revista das Senhoras* não ter sobrevivido em nenhum arquivo (DUARTE, 2016, p. 259).

Dessa forma, fica claro, pela escassez de informações biográficas sobre as editoras selecionadas para este trabalho, bem como o número reduzido de trabalhos acadêmicos sobre o periodismo feminino no século XIX de modo geral, o lugar de somenos importância a elas dedicado na história das letras em nosso país. Pretende-se, assim, contribuir para ampliar a visibilidade sobre nossas primeiras editoras e fundadoras de jornais. Com uma escrita pungente e com um trabalho que alcançou grande circulação àquele momento, como atesta a longevidade dos periódicos aqui em xeque, essas pioneiras deram forma a um movimento organizado em prol dos direitos das mulheres. Sem essas iniciativas, a mulher não poderia ocupar os espaços que hoje ocupa.

REFERÊNCIAS

A FAMÍLIA, n. 1, 1888. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

A FAMÍLIA, n. especial, 1889. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873/1890)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Rev. Est. Fem.* [on-line], v. 24, n. 1, p. 261-279, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44348>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CEDAP – Catálogos de periódicos-Unesp. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup/echo_das_damas.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CHAVES, Vania Pinheiro. Recepção e fortuna crítica de escritoras brasileiras no *Almanaque de*

Lembranças Luso-Brasileiro. Miscelânea, Assis, v. 24, p. 99-126, jul.-dez. 2018.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista e feminista no Brasil: Século XIX*. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DUARTE, Constância Lima; PEREIRA, Maria do Rosário Alves. Escritoras mineiras presente! Anotações críticas. In: BRANDÃO, Jacyntho Lins (Org.). *Literatura mineira: trezentos anos*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2019.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO. Igualdade de Direitos. Capital Federal, Ano III, n.13, p. 4, 18 mar. 1890.

O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO. Igualdade de Direitos. Capital Federal, Ano III, n. 14, p. 4, 06 abr. 1890.

O SEXO FEMININO. A educação da mulher. Campanha. Ano I, n. 1, p. 1, 7 set. 1873.

O SEXO FEMININO. Emancipação da mulher. Campanha, Ano I, n. 2, p. 2, 14 set. 1873.

O SEXO FEMININO. Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, p. 4, 22 jul. 1875.

O SEXO FEMININO. A racional emancipação da mulher, Rio de Janeiro, Ano III, n. 1, p. 1, 2 jun. 1889.

RIBEIRO, Ana Elisa; KARAM, Sérgio. Editora Mulheres, Zahidé Muzart e um caso relevante de edição de livros no Brasil. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-18, mar. 2020.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. Uma viajante interna: Josephina Álvares de Azevedo e suas impressões feministas, na segunda metade do século XIX. *Labrys – Études Féministes/Estudos Feministas*, jan.-jun. 2016. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys29/arte/barbara%20texto.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOUTO-MAIOR, Valéria. *O florete e a máscara*: Josephina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha, Typografia do Monitor Sul-Mineiro. Disponível em: <www.bndigital.bn.br/hemeroteca.digital>.

Maria do Rosário A. Pereira

Doutora em Letras - Estudos Literários, área de concentração Literatura Brasileira, pela Faculdade de Letras da UFMG. Integra o Grupo de Pesquisa Mulheres na Edição (CEFET-MG), o Mulheres e Ficção (UFV) e o Atlas (CEFET-MG). É professora efetiva de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Edição nos cursos técnicos e de graduação em Letras do CEFET-MG. E-mail: mariadorosario58@gmail.com

Angela Laguardia

Doutora em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa. É membro do Grupo de Pesquisa Letras de Minas/Mulheres em Letras da FALE/UFMG, do CLEPUL, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Mulheres na Edição (CEFET-MG). E-mail: angelamrl@gmail.com

Maria Lúcia Barbosa

Doutora em Letras - Estudos Literários pela UFMG. Atua como pesquisadora junto ao CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Portugal e ao Grupo de Pesquisa Letras de Minas/Mulheres em Letras da FALE/UFMG. E-mail: luciabarbosa02@hotmail.com.

Recebido em 25/09/2020.

Aceito em 30/10/2020.